

# PLANO PRURIANUAL 2016-2019 DO GOVERNO FEDERAL: O PRIMEIRO ANO DE EXECUÇÃO E A MUDANÇA DE GESTÃO POLÍTICA QUE AFETOU A PRIORIDADE DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

NILCÉIA GIOVANELLI BIANCARDI DE MATTOS\*  
PRISCILA BUEKER SARMENTO\*\*  
FABIO LYRIO SANTOS\*\*\*

## Resumo

Este trabalho trata sinteticamente do Plano Plurianual 2016-2019 como instrumento orçamentário do Governo Federal do Brasil e suas implicações na área de educação. O objetivo é tentar expor, por meio de breve análise, a importância que o PPA tem no incremento (ou retrocesso) para o desenvolvimento social em diversas áreas, como a educação. A metodologia de análise de conteúdo é aplicada por meio dos conceitos teóricos e da pesquisa exploratória, documental, sempre com olhar crítico para a conjuntura político-socioeconômica do Brasil.

Palavras-chave: Gestão Política; Plano Nacional de Educação; Plano Plurianual.

## Abstract

This paper deals briefly with the 2016-2019 Pluriannual Plan as a budgetary instrument of the Federal Government of Brazil and its implications in the area of education. The objective is to try to expose, through a brief analysis, the importance that the PPA has for the increase (or retrogression) for social development in several areas, such as education. The methodology of content analysis is applied through theoretical concepts and exploratory, documentary research, always with a critical eye to the socio-economic-political conjuncture of Brazil.

Key words: Political Management; National Education Plan; Plurianual Plan.

\* Especialista em Administração Pública pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), *campus* Colatina. E-mail: <nilceiagbm@hotmail.com>.

\*\* Especialista em Administração Pública, pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes, *campus* Colatina), servidora pública estadual. Bacharel em Comunicação, com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Estácio de Sá de Vitória (Fesv) e pós-graduada (MBA) em Jornalismo Empresarial e Assessoria de Imprensa, pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: <pbueker21@yahoo.com.br>.

\*\*\* Orientador do trabalho. Graduado em Engenharia Civil (1996) pela Universidade Federal do Espírito Santo, tem mestrado (2007) e doutorado (2012) em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos-SP. Atualmente é professor do Ensino Básico, Técnico, Tecnológico e Pós-Lato *Sensu* em Administração Pública do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). E-mail: <fabio.santos@ifes.edu.br>.

## I. Introdução

Ter um instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas é necessário para o desenvolvimento socioeconômico de um país que se diz pluralista e democrático. O Plano Plurianual da União — conhecido como PPA — faz parte, segundo o artigo 165 da Constituição Federal de 1988, juntamente com as diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais, do modelo orçamentário para a gestão estratégica do dinheiro público no Brasil.

O artigo 174 da CF/88 ressalta que “como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado”. No caso do instrumento PPA, a vigência de cada plano é de quatro anos, ou seja, tem começo no segundo ano do mandato presidencial e dura até o final do primeiro do mandato posterior. O parágrafo § 1.º do artigo 165 ressalta que “a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

Segundo texto do *site* da Câmara dos Deputados (2017), “o planejamento expresso no Plano Plurianual assume a forma de grande moldura legal e institucional para a ação nacional, bem como para a formulação dos planos regionais e setoriais”. A Lei n.º 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019 foi sancionada pela ex-presidenta eleita Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores — PT). Apesar de o Plano Plurianual ser estabelecido por Lei de iniciativa do Poder Executivo (art. 165 CF/88), o Planejamento Orçamentário Brasileiro sofreu uma cisão com a aprovação do *impeachment* da presidenta, em 31 de agosto de 2016. Neste mesmo dia, tomou posse como presidente, o seu vice, Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB) que já vinha assumindo interinamente a chefia do Executivo Nacional.

A Lei n.º 13.249/2016 especifica logo no artigo 3.º, as três prioridades do Governo Federal para o período: I — as metas inscritas no Plano

Nacional de Educação (Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014); II — o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e III — o Plano Brasil sem Miséria (PBSM), ambos identificados nas leis orçamentárias anuais por meio de atributo específico. Graças a esta mudança de gestão política e com o argumento de corte de gastos para conter a crise econômica, inclusive com a PEC 241,<sup>1</sup> com o então presidente interino, Michel Temer, as metas e diretrizes do Plano Plurianual 2016-2019 foram revistas. E, inclusive, o primeiro ano de execução do PPA 2016-2019 renuncia quase completamente a tais prioridades, principalmente o Plano Nacional de Educação (PNE), o qual analisaremos adiante.

## **2. O Plano Nacional de Educação no Governo Temer: o corte do Bolsa Família e seu impacto no ensino infantil, a suspensão do Mais Educação e extinção do Brasil Alfabetizado**

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”. O pensamento do educador brasileiro e um dos mais notáveis na história da Pedagogia mundial, Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia da Autonomia* (2003, p. 47) reflete a importância que a educação precisa assumir na construção de um Projeto de Nação independente e desenvolvida. Seguindo tal diretriz, em 2014 a então presidenta, Dilma Rousseff, sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE) — Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 — com vigência por dez anos e que orientou a elaboração do Plano Plurianual 2016-2019.

Dentre as diretrizes do PNE (art. 2 da Lei 13.005/2014) estão a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade da educação, a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, a valorização dos profissionais de educação e a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País. Tudo isso por meio de Metas, indicadores e estratégias necessárias para cumpri-las. A 1.ª meta seria “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo,

<sup>1</sup> Proposta de Emenda à Constituição, apresentada pelo Governo Temer, que congela os gastos públicos, com saúde, educação e assistência social e Previdência para os próximos vinte anos, “institucionalizando um ajuste fiscal permanente” (*Carta Capital*, 2016).

50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”, por exemplo, enquanto a Meta 2 “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluem essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE”.

Em contrapartida, encontramos no anexo Plano Plurianual 2016-2019 metas para a educação cujo órgão responsável, o Ministério da Educação, nem sequer iniciou sua realização neste primeiro ano. Por exemplo, o objetivo 1007 “Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024”, tendo como uma de suas iniciativas “060R — Apoio à ampliação das condições de acesso e permanência na escola de crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 17 anos de idade beneficiários do Programa Bolsa Família”. O próprio Programa Bolsa Família, política de transferência de renda, foi afetado pelo corte de gastos do Governo Temer, que suspendeu 1,1 milhão de benefícios no final de 2016 devido à proposta de meta fiscal:

“Impacto social significativo, com agravamento da situação de uma população vulnerável, com baixa escolaridade, com história de exclusão social. Haverá aumento da pobreza, subnutrição, violência, com maior impacto sobre o sistema de saúde. E evasão escolar, já que a frequência à escola é condição para recebimento da bolsa”, critica o economista Marcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo (Pragmatismo Político, 2016).

Os beneficiários do Bolsa Família também serão atingidos no acesso à educação integral, previsto na iniciativa “05UE — Fortalecimento dos mecanismos de acesso à educação integral das crianças e adolescentes beneficiários do Bolsa Família”, pois o Governo Temer suspendeu as inscrições do Mais Educação em 2016. Dessa forma, o principal programa de indução da educação integral ficará dois anos sem repassar verbas para as

escolas. A ampliação da jornada escolar tinha o intuito principal de resolver os problemas de alfabetização e combater o trabalho infantil na zona rural (Zinet, 2016). Suspensão que também vai de encontro à iniciativa proposta pelo Plano: “04KH — Apoiar a oferta de educação em tempo integral de forma a ampliar gradualmente o atendimento para 6,5 milhões de matrículas, em consonância com o disposto na Meta 6 do Plano Nacional de Educação”.

Quanto à iniciativa “04T5 — Promover ações com vistas a elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 95% e à redução para 25% da taxa de analfabetismo funcional, em consonância com o disposto na Meta 9 do Plano Nacional de Educação”, em agosto de 2016 o Governo Temer suspende o Brasil Alfabetizado — programa nacional de combate ao analfabetismo. “Com uma das piores taxas de analfabetismo da América do Sul e sem cumprir compromissos internacionais na área, o Brasil interrompeu o Programa Federal que ajuda jovens e adultos a ler e escrever” (UOL, 2016). Segundo reportagem do UOL, ao todo são 13 milhões que não sabem decifrar nem um bilhete simples, o equivalente a 8,3% da população com quinze anos ou mais. Contingente que era alvo do Brasil Alfabetizado, executado por estados e municípios com verbas do Governo Federal.

### **2.1. A Reforma do Ensino Médio, a desvalorização do professor e a luta dos estudantes contra a PEC 241**

No Ensino Médio, na contramão das principais diretrizes, objetivos e iniciativas de melhoria na educação de forma ampla e democrática com a sociedade civil e com os demais entes da Federação expostos no PPA como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta de Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória 84), enviada por Temer ao Congresso Nacional em setembro de 2016, aponta para um modelo ultrapassado que fragmenta e empobrece a formação, que traz de volta uma concepção elitista da educação e que não contempla medidas necessárias para solucionar problemas estruturais.

A Proposta inicial da Reforma do Ensino Médio era, por exemplo, retirar matérias primordiais como educação física e artes, sociologia e filosofia da grade curricular, além de permitir contratar professores com “notório saber” nos cursos técnicos, sem graduação específica em licenciatura.

Este segundo ponto, inclusive, o oposto do objetivo 1008 — “Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024”.

Segundo Blanco (2016), Temer também propôs o Fim do Piso Nacional dos Professores, em maio, sugerindo modificar a Lei 11.738-2008, que institui o piso salarial para os professores do magistério da educação básica. “A ideia de Temer é criar um programa batizado de «Travessia Social», que daria «bônus» aos docentes que «melhorassem» o desempenho dos alunos e também «aperfeiçoassem» suas práticas pedagógicas. Ou seja, em vez de reajustes anuais lineares a partir do mês de janeiro de cada ano para todos os educadores da educação básica pública [. . .]”.

A Reforma do Ensino Médio e a PEC 241(do Teto dos Gastos Públicos) — que limita os gastos do Governo Federal para os próximos vinte anos — foram medidas duramente combatidas pelo movimento estudantil e profissionais de educação, em 2016. Segundo a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), até o final de outubro, foram cerca de 1.177 escolas ocupadas em protesto de norte a sul do país. E foi o próprio Ministério da Educação que ordenou a desocupação imediata dos alunos, sob risco de punição (Tokarnia, 2016).

A própria PEC 241 torna inviáveis metas como “04TO — Implementar, até 2016, o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ) [. . .]”, de responsabilidade do Ministério da Educação, dentre outras que gerem despesas que, para o Governo Temer, podem não ser essenciais.

Antes, a própria indicação do deputado federal Mendonça Filho (Partido dos Democratas — DEM) por Temer para o Ministério da Educação suscitou críticas na Câmara dos Deputados, como do deputado Ivan Valente (Partido Socialista e Liberdade — Psol), contra a tecnocracia e meritocracia no ensino:

Mendonça Filho e seu partido no comando da pasta da Educação significam um acirramento das políticas de privatização do ensino

(terceirizações, sucateamento, compra de sistemas privados, conveniamento). Tal visão elitista também coaduna com o momento econômico em que se intensificará o ajuste fiscal e os cortes de gastos sociais, e a Educação, como um dos maiores orçamentos do país, não sairá ilesa. O partido é um grande defensor da meritocracia e da tecnocracia no ensino: bônus para escolas e professores, testes e avaliações como centro da política, cursos de formação e um “enquadramento” nos currículos. [. . .] (Ivan Valente, Câmara dos Deputados).

## 2.2. Cortes no Pronatec, ProUni e Fies e extinção do Ciência sem Fronteiras: o sucateamento rumo a privatização do Ensino Superior

Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação (objetivo 0497 do Plano Plurianual 2016-2019) também não faz parte do Governo Temer que, em julho de 2016, extinguiu o Programa Ciência sem Fronteiras para alunos de graduação (G1, 2016). A meta inicial 01A0 que era “Conceder 5.100 bolsas voltadas para a internacionalização do Ensino Superior e da ciência, tecnologia e inovação brasileira pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prioritariamente pelo Programa Ciência sem Fronteiras (órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) foi suplantada pelo «preço» e pela justificativa, segundo o Governo, que o «programa era caro e os alunos não estavam preparados e que nem dinheiro em caixa é garantia da volta dessas bolsas, realmente agora vai dar uma parada pelo menos nos cursos de graduação»” (G1, 2016).

De acordo com matéria do Estadão Conteúdo, disposto no *site* Último Segundo (IG, 2016), ainda em maio, o Governo interino de Temer também suspendia novas vagas para o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e Financiamento Estudantil (Fies) programas de incentivo à educação e à profissionalização implantados pela gestão petista. “São efeitos imediatos das medidas de contingenciamento previstas para o Ministério da Educação (MEC) na gestão do presidente em exercício Michel Temer. A revisão é parte do que o novo governo chama de «herança maldita» da administração da presidente afastada Dilma Rousseff” (IG, 2016).

Segundo matéria da Rede Brasil Atual (2016), para a presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Andrea Gouveia, tal quadro de mudanças é preocupante:

Há várias possibilidades para melhorar um nível de ensino que tem o duplo desafio de ser caminho para o ensino superior e ao mesmo tempo capacitar para o mundo do trabalho. O melhor deles é melhorar a infraestrutura da escola [. . .]. Da mesma maneira que antes optavam apenas os alunos da elite, que seguiriam para a faculdade, com a reforma de Temer, os filhos dos trabalhadores terão como escolha o mundo do trabalho. Nem podemos dizer que isso seja uma escolha, mas o aprofundamento da desigualdade (RBA, 2016).

Por último, a ampliação do acesso a Educação Superior de Qualidade (Objetivo 1010), com o aumento do número de matrículas em cursos de graduação presencial (meta 04KX), a consolidação do processo de interiorização (iniciativa 061S) e a implantação de novas universidades e hospitais federais (iniciativa 062A) “será prejudicada com os corte de até 45% dos recursos previstos para investimentos nas universidades federais em 2017. Segundo cálculos de gestores, serão cerca de R\$350 milhões a menos de investimentos para as 63 federais — na comparação com os R\$900 milhões previstos em 2016” (Agência Estado, 2016). A previsão de recursos para 2017 foi publicada no início de agosto no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, portal do Ministério da Educação que trata do orçamento.

Para a presidenta deposta, Dilma Rousseff (PT), em entrevista a Revista *Fórum*, ainda no primeiro semestre de 2016, “tratam-se de retrocessos promovidos pelo governo interino na área da educação que, para ela, fazem parte de um plano de privatizar a educação universitária pública e gratuita no Brasil” (*Fórum*, 2016). A presidenta ainda salientou que o Governo Temer também acabou com o portal dos diplomas, cujo objetivo é combater as fraudes, além de extinguir o novo sistema de avaliação da educação básica que aprimorava o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), como também o novo sistema de avaliação da educação superior, que aprimorava o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes).

### 3. Considerações finais

O Governo Temer trouxe uma “nova-velha” orientação política com traços neoliberalistas que acabou impactando as diretrizes do Plano Plurianual em seu primeiro ano de execução na área da Educação. E, de certa forma, prejudicando seu andamento desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, em detrimento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Como importante instrumento de Planejamento Financeiro e Orçamentário de uma Nação, o PPA não deve ser suplantado por interesses políticos divergentes. As plataformas políticas não podem ser mais importantes que as necessidades do cidadão que, por sua vez, deve munir-se da participação e do controle social para fazer cumprir as previsões apontadas.

Ainda que a crise econômica possa ter afetado as finanças públicas é necessário se balancear as prioridades, pois o direito à educação de qualidade é transversal, sendo assim, este investimento teria efeito multiplicador com impactos positivos também em outras políticas como segurança, justiça, saúde, etc. Não é saudável, muito menos moral — mesmo que utilizando de recursos constitucionais/legais — que se desrespeitem os objetivos e metas traçados em diálogo com a sociedade civil para áreas de desenvolvimento básico e estratégico como é a Educação. Pois, como diria o pensador, pedagogo e filósofo brasileiro, Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

### 4. Referências

- BLANCO, Michel. *Temer propõe fim do Piso Nacional dos Professores*. Publicado em 25 de maio de 2016. Disponível em <http://plataforma.politica.social.com.br/temer-propoe-fim-do-piso-nacional-dos-professores/>. Acesso em 31-4-2016.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 28-4-2017.
- BRASIL. Lei n.º 13.249, de 13 de janeiro de 2016: Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. Disponível em <http://>

[/www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13249.htm)>. Acesso em 28-4-2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em 28-4-2017.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Orçamento Brasil: instrumentos de Planejamento e Orçamento. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/cidadao/entenda/cursopo/planejamento.html>>. Acesso em 28-4-2017.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Ministério da Educação será comandado por um partido privatista e contra as cotas. Pronunciamento de Ivan Valente, publicado em 13 de maio de 2016. Disponível em <<http://www.ivanvalente.com.br/ministerio-da-educacao-sera-comandando-por-um-partido-privatista-e-contra-cotas/>>. Acesso em 1.º-5-2017.

CARTA CAPITAL. Entenda o que está em jogo com a PEC 241: proposta apresentada pelo Governo Temer quer congelar gastos com saúde, educação e assistência social por 20 anos. Publicado em 7 de outubro de 2016. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-pec-241>>. Acesso em 25-4-2017.

CARTA CAPITAL. Senado aprova impeachment e destitui Dilma: senadores derrubam a primeira mulher a presidir o País em um processo de base jurídica frágil e questionado por ampla parcela da sociedade. Publicado em 31 de agosto de 2016. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/senado-aprova-impeachment-e-afasta-dilma-definitivamente>>. Acesso em 27-4-2017.

DE OLIVEIRA, Cida. Michel Temer exclui 10 milhões de famílias do Bolsa Família: ao voltar-se apenas para os 5% dos mais pobres entre todos os pobres, nem a extrema pobreza será atendida pelo Programa. Desigualdade tende a se aprofundar. Disponível em <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/05/michel-temer-exclui-10-milhoes-de-familias-do-bolsa-familia.html>>. Acesso em 30-4-2017.

DE OLIVEIRA, Cida. Reforma do Ensino Médio traz concepção elitista de educação e deve ampliar evasão: sem discutir com a comunidade, Temer envia ao Congresso projeto que fragmenta e empobrece a formação e abre caminho para a privatização. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/09/reforma-do-ensino-medio->

de-temer-desagrada-especialistas-estudantes-e-ministerio-publico-1018.html>. Acesso em 29-4-2017.

DRESCHER, Denise. Reforma do Ensino Médio: filosofia e sociologia voltam ao currículo. Outros pontos polêmicos como a possibilidade de educação a distância no ensino médio foram mantidos. Texto agora segue para o Senado. Publicado em 13 de agosto de 2016. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/reforma-do-ensino-medio-sociologia-e-filosofia-voltam-ao-curriculo-dmwhg8p526tgygwk683h0dk9z>>. Acesso em 28-4-2017.

EBC AGÊNCIA BRASIL. Dilma sanciona Plano Plurianual de 2016 a 2019 com vetos. Publicado em 14 de janeiro de 2016. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-01/dilma-sancciona-plano-plurianual-de-2016-2019-com-vetos>>. Acesso em 26-4-2017.

FOLHA UOL. Governo Temer suspende Programa Nacional de Combate ao Analfabetismo. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/08/1807683-governo-temer-suspende-programa-nacional-de-combate-ao-analfabetismo.shtml>>. Acesso em 28-4-2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

G1 Bom Dia Brasil. Governo acaba com o Ciência Sem Fronteiras para cursos de graduação: Ministério avaliou que era caro e muitos alunos não estavam preparados. Se houver dinheiro, serão oferecidas bolsas de pós-graduação no exterior. Disponível em <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/07/governo-acaba-com-o-ciencia-sem-fronteiras-para-cursos-de-graduacao.html>>. Acesso em 29-4-2017.

REVISTA FORUM. Dez retrocessos na Educação em pouco mais de dois meses de governo golpista: em conversa com internautas a Presidente eleita Dilma Rousseff listou 10 retrocessos promovidos pelo governo interino na área de educação que, para ela, fazem parte de um plano de privatizar a educação universitária pública e gratuita no Brasil. Publicado em 27 de julho de 2016. Disponível em <<http://www.revistaforum.com.br/2016/07/27/dez-retrocessos-na-educacao-em-pouco-mais-de-dois-meses-de-governo-golpista/>>. Acesso em 3-5-2017.

TOKARNIA, Mariana. Justiça determina desocupação de escolas: prazo do MEC termina segunda-feira. Publicado em 28 de outubro de 2016. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/>

2016-10/justica-determina-desocupacoes-de-escolas-prazo-do-MEC-termina-na-2-feira>. Acesso em 3-5-2017.

VIEIRA, Victor. Governo deve cortar até 45% das verbas para as universidades federais. Disponível em <<http://www.novonoticias.com/politica/governo-deve-cortar-ate-45-das-verbasp-ara-as-universidades-federais>>. Acesso em 30-4-2017.

ZINET, Caio. Governo interino não abrirá novas inscrições para o Programa Mais Educação em 2016. Disponível em <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/governo-temer-interrompe-recursos-programa-mais-educacao-em-2016/>>. Acesso em 30-4-2017.

